

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.513 - PE (2019/0007594-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : IZABEL JOSE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ SIQUEIRA GOMES - PE023869

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARA O TRABALHO QUE EXERCIA HABITUALMENTE. AUXÍLIO ACIDENTE MAIS ABONO ANUAL. CABIMENTO. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

1. O autor laborava na empresa Rosilda Cristovão da Silva - ME, exercendo a função de repositor, tendo a autarquia previdenciária concedido o auxílio-doença acidentário pelo fato do mesmo ter sofrido uma queda ao tentar carregar um saco de arroz de 30 kg, que lhe causaram sequelas, tendo recebido diagnóstico de lumbago com ciática, degeneração de disco intervertebral e artrose primária de outras articulações.
2. Ocorre que, não obstante o fato do autor permanecer impossibilitado de retornar às suas funções habituais, o INSS cancelou o pagamento do aludido auxílio.
3. No presente caso, em análise sistemática dos documentos acostados, verifica-se que o autor trabalhou por muitos anos em função que exigia esforço excessivo e repetitivo, passando a sentir dores coluna, tendo piorado, sobretudo, após queda que ocorrera no ambiente profissional.
4. Ademais, o próprio instituto reconheceu o nexo de causa e efeito entre a atividade do autor e as lesões por ele sofridas quando concedeu o benefício do auxílio-doença acidentário, e que foi posteriormente corroborado pelos exames e atestados médicos juntados ao longo do processo, que atestaram a existência de redução da capacidade para o trabalho. Além disso, o magistrado não fica vinculado ao laudo da perícia oficial.
5. Apelo provido parcialmente, por maioria de votos" (fls. 227/228e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARA O TRABALHO QUE EXERCIA HABITUALMENTE. AUXÍLIO ACIDENTE MAIS ABONO ANUAL. CABIMENTO. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. AUSÊNCIA DAS OMISSÕES APONTADAS. EMBARGOS NÃO PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2- A alegação de que não houve menção no julgado concernente aos argumentos ou dispositivos levantados pelo Embargante, não merece respaldo, pois ficou expressamente consignado na decisão recorrida que apesar de o laudo elaborado pelo perito judicial não ter atestado o nexo de causalidade, o próprio instituto reconheceu o nexo de causa e efeito entre a atividade do autor e as lesões por ele sofridas quando concedeu o benefício do auxílio doença acidentário, e que foi posteriormente corroborado pelos exames e atestados médicos juntados ao longo do processo, que atestaram a existência de redução da capacidade para o trabalho. Importante destacar que o magistrado não fica vinculado ao laudo do perito oficial.

3- Embargos conhecidos para fins de prequestionamento disposto nos artigos 139, I, 466, 479, 156 e 480 do NCPC artigos 19, caput, 20, 62 e 86 da Lei nº 8.213/91, Resolução nº 233 do CNJ, art. 120 do Conselho de Ética Médica, Resolução CFM nº 1.851/2008 e Recomendação CNJ nº 01/2015, porém, não providos à unanimidade de votos" (fl. 271e).

Sustenta a parte agravante, o seguinte:

"O INSS fundamentou a interposição de seu recurso especial na violação aos artigos 156, 466, 479 e 480 do CPC, e 86, da Lei nº 8.213/91.

Na realidade não se cuida aqui de um pedido de reexame de prova, pois é cediço que o recurso especial não se presta a isso. Trata-se, em verdade, de matéria eminentemente de direito, isto é, preenchimento ou não dos requisitos previsto no 86, da Lei nº 8.213/91, e correta aplicação dos artigos 145, 422, 436 e 437 do CPC/73.

Especificamente, pretende-se tão somente que se julgue incabível a concessão de auxílio - acidente ao segurado quando não há redução da capacidade, segundo a perícia médica.

Ainda que o magistrado não esteja adstrito ao laudo, o previsto nos artigos 156, 466, 479 e 480 do CPC revela que o laudo pericial oficial

deve ser prestigiado por ser equidistante das partes, salvo se houver um fato relevantíssimo para se afastado.

Portanto, diferentemente do que consta na decisão agravada, não se trata de rediscutir prova, mas sim de apontar para o caminho da legalidade, no qual é obrigado a trilhar o Julgador.

Assim sendo, não se justifica a inadmissão do recurso como pronunciado no r. despacho, face ao efetivo e regularmente demonstrado descumprimento da legislação federal aplicável ao caso dos autos.

(...)

Quanto à demonstração da divergência, é de se observar que o INSS fez juntar aos presentes autos precedente jurisprudencial proferido pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça precisamente no sentido oposto ao do acórdão recorrido.

Destaque-se que, após a transcrição do precedente, houve o devido confronto deste com a decisão regional, evidenciando-se que julgamentos diversos foram proferidos acerca da mesma matéria.

Assim sendo, não se justifica a inadmissão do recurso como pronunciado no r. despacho, face ao efetivo e regularmente demonstrado dissídio jurisprudencial" (fl. 317e).

Por fim, "requer o Instituto-Agravante que V. Exa., em face dos fundamentos e razões de fato e de direito aqui expendidos, reconsidere a decisão ora agravada, reformando-a; ou, caso não o faça, que se digne em determinar a remessa do feito à colenda Corte Superior de Justiça, a quem caberá a apreciação e decisão final sobre a matéria" (fl. 318e).

Foi apresentada contraminuta (fls. 324/346e).

O Recurso Especial restou inadmitido, pelo seguinte fundamento: a pretensão embarra no entendimento jurisprudencial do enunciado 7 do STJ (fls. 309/310e).

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente, o fundamento acima mencionado. Isso porque a alegação genérica de que o tema discutido no Recurso Especial representa matéria de direito (incluídas aí as hipóteses de qualificação jurídica dos fatos e valoração jurídica das provas), e não fático-probatória, não é apta a impugnar, de modo específico, o fundamento da decisão atacada. Ao revés, deve a parte agravante refutar o citado óbice mediante a **exposição da tese jurídica** desenvolvida no Recurso Especial e a **demonstração da adoção dos fatos tais quais postos nas instâncias ordinárias**.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo em recurso especial que deixa de atacar, de modo específico, os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial. Incidência, por analogia, da Súmula 182/STJ.

2. **Inadmitido o recurso especial diante do óbice contido na Súmula 7/STJ, cabe à parte agravante, diante da indicação de que a questão suscitada implica revolvimento do conjunto probatório, demonstrar a situação particular do caso concreto que justificasse o afastamento do referido óbice sumular.**

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.063.449/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/08/2017).

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Em face do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015 e art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do Agravo.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora